



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Relações de Trabalho
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima
Câmara Recursal do Amapá

ATA DE REUNIÃO

ATA CEEXT N° 15/2024 – Câmara Recursal do Amapá

Reunião da Câmara Recursal do Amapá da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto n° 11.751, de 20 de outubro de 2023.

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 13 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI Sr. João Cândido de Arruda Falcão, realizada de forma remota, nos termos do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SRT/MGI N° 4.389, de 18 de abril de 2024..

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI n° 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional n° 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional n° 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

Para julgamento foi apresentado um total de 08 (oito) processos.

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento do Amapá, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

Pelo **DESPROVIMENTO DO RECURSO: (07 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
------	----------------	----------	---------------	-----------	------------------

1	ANA FRANCELINA DOS SANTOS LOBATO	05504.012005/2018- 65	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento e exercício da atribuições ininterruptamente, por ao menos 90 (noventa) dias	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, c/c art. 32, parágrafo único, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
2	DEUSDETH FARIAS BARBOSA	05504.010530/2018- 46	AGENTE DE POLÍCIA	Ausência de comprovação do exercício de funções policiais em órgão da Secretaria de Segurança Pública em desvio de função	Art. 6º da EC 98/2017 c/c Art. 28 da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 25 da Portaria 1.418/2024
3	FRANCISCO ABDIAS ALVES FERNANDES	05504.004758/2018- 05	CONTADOR	Vínculo com entidade de âmbito nacional	Art. 31 da EC nº 19/98, com redação dada pela EC nº 98/17 c/c art. 2º, inciso V, da Lei nº 13.681/18
4	HORAELSON FERREIRA TOLOSA	05504.008788/2018- 82	INDEFINIDO	Vínculo com entidade de âmbito nacional	Art. 31 da EC nº 19/98, com redação dada pela EC nº 98/17 c/c art. 2º, inciso V, da Lei nº 13.681/18
5	JOSÉ ALVES DE LIMA	05504.009394/2015- 07	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
6	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA LOPES	05504.018669/2018- 38	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024

7	PAULO ROBERTO GOMES SERRA	05504.018842/2018-06	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
---	---------------------------	----------------------	--	---	--

Processos necessitando de **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: (01 requerimento)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	WANDO ELDER LIMA PINTO	05504.024930/2018-39	FISCAL DE TRIBUTOS	Ausência de documento que comprove o ato de admissão	Art. 14 c/c Art. 16, I, da Portaria 1.418/2024

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por **Joiçelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamara Ferreira Avelar de Oliveira França, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Gomes Neiva, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Theo Rocha Pardim de Lima, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lacerda Rodrigues Azevedo Netto Pereira, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Von Borries Lopes, Membro de Câmara**, em 13/05/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Candido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Câmara**, em 13/05/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42003258** e o código CRC **CF262A1B**.

Referência: Processo nº 19975.113980/2021-53

SEI nº 42003258